

EUA vão propor mais

Além de pedir aos bancos particulares que aumentem sua ajuda aos países devedores,

Dívida Externa

INDO

JORNAL DA TARDE — 7

ajuda a devedores

o governo dos EUA proporá ao FMI a criação de novo fundo de recursos.

O governo do presidente Ronald Reagan instou os bancos privados a aumentarem seus créditos à América Latina, ante os temores dos dirigentes norte-americanos de que o estancamento econômico da região possa conduzir a sérias explosões políticas.

Ao mesmo tempo, ante a ineficiência de todas as gestões feitas por controlar a crise mundial de endividamento, o governo Reagan se propõe a injetar mais dinheiro nos países do Terceiro Mundo.

O secretário do Tesouro do governo norte-americano, James Baker, entrevistou-se às últimas horas de terça-feira com os dirigentes dos principais bancos privados do país para explicar-lhes pormenores do plano, o que, disse, será formalmente anunciado semana que vem.

O secretário não forneceu detalhes acerca da soma de que se necessitaria, porém *The Wall Street Journal* publicou ontem que "os analistas situam a cifra nos US\$ 14 bilhões nos próximos anos".

A questão envolve, além daqueles bancos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Baker deverá expor publicamente a questão na próxima semana, na assembléia que as duas entidades realizarão em Seul.

Segundo fontes que exigiram que fossem mantidas no anonimato, o novo fundo, a ser administrado conjuntamente pelo Banco Mundial e pelo FMI, teria uma dotação de US\$ 5 a 6 bilhões e seu propósito seria ajudar os países endividados da América Latina e outras partes do mundo a cumprirem suas obrigações financeiras e promover seu crescimento econômico.

Os números disponíveis indicam que o setor bancário norte-americano emprestou US\$ 230 bilhões dos US\$ 360 bilhões que a América Latina deve.

A natureza da operação a ser desencadeada pelo governo norte-americano se tornou oficial anteontem à noite, quando o FMI anunciou que o Uruguai havia chegado a um acordo de estabilização pelo qual não recorrerá diretamente aos bancos privados durante os próximos 18 meses, mas sim "ao financiamento de bancos comerciais como parte de operações de cofinanciamento do Banco Mundial".

O primeiro experimento nessa questão ocorreu em junho, quando o aval do Banco Mundial assegurou



ao Chile a obtenção de um pacote de US\$ 1,085 bilhão dos bancos privados.

A nova estratégia seria global, pois o Banco Mundial e o FMI não podem negar a um membro o que oferecem a outro, porém o jornal *The Washington Post* noticiou ontem que o Departamento de Estado participou ativamente da formulação do plano, "ante a preocupação de que as pressões políticas e sociais possam explodir", especialmente na América Latina.

Baker e o presidente da Reserva Federal (o banco central norte-americano) reuniram-se terça-feira à noite durante 90 minutos com banqueiros do Citicorp, de Nova York; Bankamerica Corp., de São Francisco; e Chase Manhattan, que são, pela ordem, os três maiores bancos dos Estados Unidos.

Assistiram à reunião diretores de outros bancos norte-americanos, mas somente Willard Butcher, do Chase Manhattan, concordou em falar com os jornalistas. Disse que Baker havia explicado o plano do governo, porém não havia pedido aos bancos nenhum compromisso para com ele:

— Falamos de como funcionavam hoje as estratégias e das possíveis alternativas que poderia haver no futuro, que envolveriam um maior crescimento das economias mundiais. Estamos todos no mesmo barco e tratando de remar harmonicamente.

James Baker

Na primavera passada, aos sábados, Jim Baker, um texano, costumava instalar-se na sua sala de trabalho pintada de amarelo-claro com os seus especialistas que estavam elaborando o plano do presi-

dente Reagan para reformar o sistema fiscal. Seus assessores dizem que ele costumava colocar seus pés sobre a mesa. O relato é de Peter Kilborn, do *New York Times*, que prossegue:

Nos demais dias, James A. Baker III, um advogado de Houston e descendente de uma linhagem de advogados de Houston, formado em 1952 pela Universidade Princeton, costuma vestir-se mais formalmente, com ternos riscadinhos e sapatos negros brilhantes. Assim paramentado, ele faz discursos levemente modulados que abalam o globo, como aconteceu há dois domingos, quando anunciou a decisão de cinco países para provocar a queda do valor do dólar, ou o discurso que ele sugere que fará na reunião do mundo financeiro em Seul na próxima semana, para ajudar o mundo em desenvolvimento.

James Baker, rústico em fins de semana e mais formal nos dias úteis, que durante quatro anos foi o chefe de equipe da Casa Branca, está iniciando agora o seu nono mês como secretário do Tesouro, tendo trocado de cargos com Donald T. Regan, o financista da Merrill Lynch, em princípios de fevereiro último.

No decorrer deste tempo, Baker, de 55 anos de idade, conseguiu reunir um poder imenso sobre a política econômica, depois que David A. Stockman deixou o Departamento de Orçamento e que Martin S. Feldstein foi substituído como principal assessor econômico por Beryl W. Sprinkel. Atualmente, não existe ninguém na Casa Branca, a não ser o presidente e Regan para discutir os atos dele.

Em abril último, o presidente encarregou do processo de tomar decisões econômicas, que até então estava abalado por divisões entre as agências, que precisavam ser resolvidas por Reagan, o novo Conselho de Política Econômica. Ele colocou Baker na cabeceira da mesa e ele atualmente reduz as opções presidenciais de mudanças de política a duas ou três, recomendando uma delas.

Atualmente, o governo Reagan enfrenta um menor crescimento da economia, uma recessão no setor agrícola, novas preocupações com os países devedores e, principalmente o aumento do furor protecionista no Congresso, com a finalidade de reduzir as importações estrangeiras.